

— MULHERES DA CANA

A reconstrução do passado

Memórias dos trabalhadores rurais lançam luz sobre o fim do colonato nas usinas de açúcar

Claudia Izique

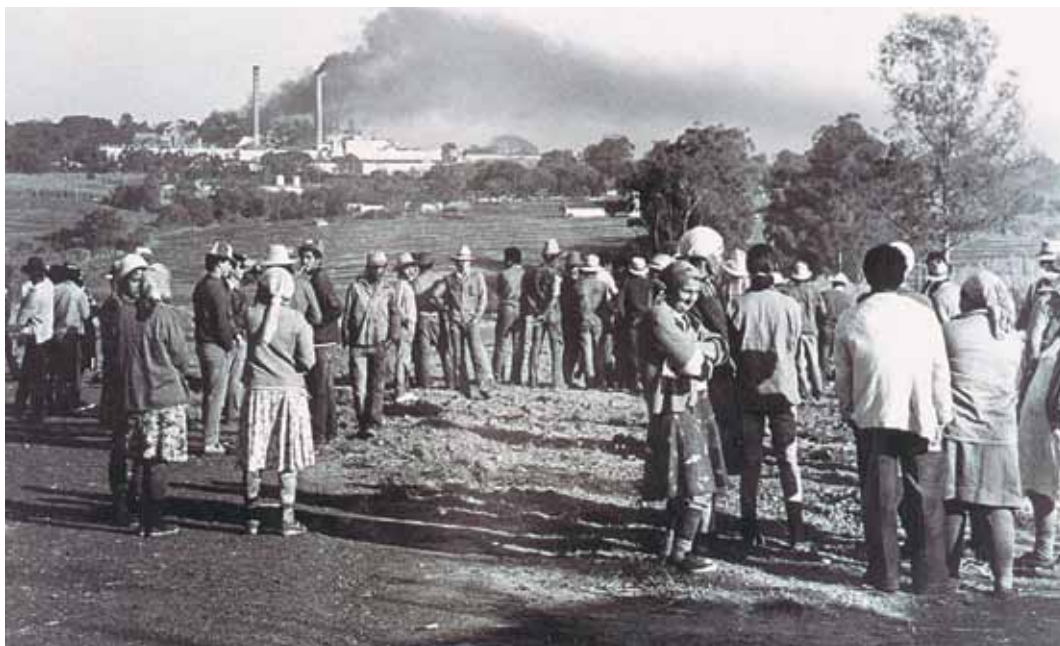
Cortadora de cana:
histórias de violência,
traição e medo



Em 1966, os colonos da Usina Amália, uma das maiores e mais tradicionais produtoras de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, entraram em greve por melhores salários e condições dignas de trabalho. Em plena ditadura militar, o movimento resultou na expulsão de cerca de quatro mil famílias da fazenda. O episódio teria caído no esquecimento não tivesse ficado indelevelmente registrado na memória dos colonos que, trinta anos depois, contaram à pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva histórias de violência, traição e medo. “Eles caíram numa armadilha dos proprietários da fazenda e do sindicato”, ela afirma.

As lembranças dos trabalhadores – e 208 processos judiciais contra a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, proprietária da usina – ajudaram Maria Aparecida a reconstituir um período de profunda transformação das relações de trabalho nas lavouras de cana, quando o colonato deu lugar ao trabalho temporário, constituindo personagens como o trabalhador volante e os bóias-frias. Os relatos permitiram também que ela conhecesse detalhes das atividades diárias das famílias: a cana era cortada pelos adultos e amontoada em feixes pelas crianças, antes de ser transportada para a usina. Emoldurando o dia a dia, casamentos, batizados, folia de reis e noites embaladas pela valsa da Siriema: “*Teus olhos, quantas cores/De uma Ave Maria/ Que um rosário de amargura/ eu rezo todo o dia*”.

A pesquisa, iniciada em 1997, contou com o apoio da FAPESP. O projeto – *Mulheres da Cana: Memórias* – pretendia reconstituir histórias relacionadas ao trabalho feminino na lavoura. A menção recorrente a uma greve na Usina Amália, no entanto,



Trabalhadores em greve na Usina Amália, por melhores salários e condições dignas de trabalho, em 1966

obrigou-a a ampliar seu escopo de investigação. “Na bibliografia sobre a história da proletarização rural em São Paulo, esta greve não é mencionada”, justifica. Utilizando o “sistema de redes”, como ela explica, pôde identificar e contatar mais de 70 ex-colonos espalhados pela região – Leme, Ribeirão Preto, Barrinha, Santa Rosa do Viterbo, São Simão. “Foi necessário recorrer à história oral para reconstruir os acontecimentos.”

Com 11 mil alqueires, a Usina Amália era o braço agroindustrial das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Além das lavouras, sediava unidades industriais para o aproveitamento da cana e do bagaço, do eucalipto e de frutas e legumes produzidos no local. Ali se produziam açúcar, álcool, papelão, ácido cítrico, sabonetes e conservas. No início dos anos 1950, a Usina Amália antecipava-se ao conceito de biorrefinaria no aproveitamento da biomassa. Empregava milhares de pessoas – de trabalhadores rurais a operários – todos eles vinculados ao Sindicato da Indústria da Alimentação, de acordo com a legislação da época. No caso dos colonos, o titular do contrato de trabalho era chefe da família, mas o cálculo de produtividade – pela qual ele era remunerado – envolvia o trabalho não remunerado da mulher e dos filhos.

Os funcionários mais graduados tinham acesso à escola, ao hospital, a cinema, à igreja e até a um supermercado, todos instalados na área da fazenda. Os trabalhadores rurais, não. Distribuíam-se entre mais de 20 colônias – cada uma delas com 100 a 150 famílias – distantes da sede, no meio do canavial. Tinham direito a cultivar um pequeno pomar e horta, mas os produtos necessários à

subsistência eram adquiridos no armazém. Esses gastos eram abatidos do salário do chefe da família e, no final do mês, resultavam num saldo muitas vezes negativo.

A GREVE

A vida na usina e a greve de 1966 foram descritas na reportagem de Marcos Pivetta, *Casa-grande dos Matarazzo na Califórnia Paulista*, publicada na edição nº 61 da revista *Pesquisa FAPESP*, em janeiro de 2001.

A relação da empresa com os colonos tensionou com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que igualou os direitos do homem do campo aos do trabalhador urbano, tornando ilegal o sistema de titularidade, escreveu Pivetta. Os cortadores de cana passaram a ter direito a férias, 13º salário, carteira assinada – para cada trabalhador e não apenas para os titulares do contrato, como ele sublinhou –, atendimento médico pelo INSS e aposentadoria. Essa tensão foi arbitrada pelas leis de Segurança Nacional e de Greve, no primeiro ano da ditadura militar: instilados pelo sindicato, na avaliação de Maria Moraes, os trabalhadores rurais da Usina Amália foram à greve pelos direitos garantidos pelo novo estatuto e foram expulsos da fazenda por terem deflagrado um movimento considerado ilegal. “Assim que um cortador era despedido e convencido a deixar a fazenda, sua antiga casa era posta abaixo pelos patrões”, contou Pivetta. Junto com a casa do colono, arruinava-se um sistema de relação de trabalho.

Na memória de alguns desses ex-colonos, a greve, que durou seis dias, teria se estendido por cinco anos, período em que tramitaram os pro-

cessos judiciais e recursos da empresa, desde o Fórum Municipal de Santa Rosa do Viterbo até o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. “Em todos os pareceres dos juizes, há menções relativas à dispensa discriminatória dos trabalhadores, à legalidade da greve, ao caráter pacífico dos acontecimentos, ao direito dos trabalhadores, ao caráter pacífico da convocação da assembléia pelo sindicato, aos motivos de reivindicação dos valores não pagos pela empresa por ocasião do dissídio coletivo aprovado pelo Egrégio Tribunal do Trabalho e à obediência à determinação da Justiça do Trabalho ao decretar a cessação do movimento”, escreveu Maria Moraes, no artigo *Greve na Fazenda*, publicado na coletânea *História Social do Campesinato no Brasil*.

Nesse ínterim, “muitos trabalhadores fizeram acordo com a empresa, mediante o pagamento de quantias irrisórias, depois de muitos anos de espera pela solução judicial”, ela afirma. Respaldados pela Justiça, alguns permaneceram na fazenda, sem qualquer vínculo empregatício ou trabalho para lhes garantir o sustento, apenas aguardando o desfecho desde sempre inevitável.

Nas memórias dos ex-colonos não há registro de qualquer triunfo da Justiça. “Eles retiram da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, fruto não de uma mera descrição do passado, mas de sua recriação e revificação”, afirma Maria Moraes.

As mulheres, sujeitos privilegiados da pesquisa, guardam na lembrança a dificuldade em conseguir trabalho, a fome, a sopa de mandioca nos momentos de extrema dificuldade. “Ainda que não participando diretamente da greve, elas, como filhas ou esposas, sofreram as consequências”, analisa.

Trinta anos depois, Maria Moraes encontrou muitas delas na condição de chefes de família. Para desempenhar esse novo papel, tiveram que vencer desafios ainda maiores do que em seu passado de colonas, observou Pivetta na matéria publicada pela revista *Pesquisa FAPESP* em 2000. “Concorrendo com homens mais novos e máquinas que vão tomando conta do corte da cana, as mulheres bóias-frias enfrentavam enormes dificuldades em encontrar emprego no meio rural.” Algumas catavam tocos de cana rejeitados por colheitadeiras ou “mexiam” com agrotóxico em viveiros de mudas da planta; outras eram empregadas domésticas.

Na periferia das cidades, elas guardavam também lembranças das relações familiares, do compadrio e

da vizinhança. “A sociabilidade ancorada nas relações primárias, caracterizada pelo reconhecimento interpessoal e autorreconhecimento, cedem lugar à sociabilidade individualizada e estranhada”, diz Maria Moraes. As tradições e cultura “do mundo de antes” não cabiam mais nos limites do novo espaço. “Foi necessária a construção de lugares para protegê-las, para impedir sua morte.”

Ali, nesses “lugares”, como ela diz, estão guardados fragmentos de histórias individuais e coletivas. “À medida que as lembranças vão brotando dos subterrâneos da memória e se dirigindo à superfície, aquilo que era até então nebuloso vai aos poucos assumindo formas nítidas, com conteúdos multicoloridos”, escreveu a pesquisadora no artigo *A memória na esteira do tempo*, publicado em 2001. “Nossa vizinha fazia umas broinhas de fubá: quebrava os ovos ali, bate bem, põe gordura ali, põe canela ali, uma meia dúzia de ovos e bate bem... com a mão mesmo. Depois ainda engrossava com fubá de milho. Ficavam macias e gostosas. Ela fazia e mandava para a mamãe uma biscoiteira cheia daquelas broinhas...”, contou-lhe dona Onícia, aos 93 anos, abrigada num passado em que lealdade e retribuição eram manifestações simbólicas de um grupo social.

BRICOLAGEM

Mas a memória trama, reconstrói e reinventa lembranças fragmentadas, fazendo das culturas uma espécie de “canteiro de obras”, nas palavras do historiador Peter Burke. Algumas das ex-colonas da Amália ainda integravam, nos anos 1990, grupos de Folia de Reis, uma antiga festa rural. “O sentido da festa ainda era o mesmo: o pagamento de promessas feitas aos santos por uma graça alcançada”, explica Maria Moraes. Mas as andanças dos foliões, os cânticos e o encontro das bandeiras dos Santos Reis tinham novos significados surgidos da simbiose entre rememorar e reinventar personagens renascidos pela trama narrativa. Ela própria acompanhou uma festa de Reis na cidade de Barrinha: a bandeira dos Santos Reis, “aquela que saiu pelo mundo”, encontrava-se com a de Nossa Senhora Aparecida, que não tinha foliões, simbolizando outro momento bíblico: o encontro de Maria – encarnada em Nossa Senhora Aparecida – e Jesus durante a via-crúcis. “*Na demora dos três Reis/Herodes se indignou/chamou seus secretários e seu decreto/ Que seguisse para Belém/ e que lá fosse matando/e que matasse menino homem/ até a idade de dois anos.*” ■

Relatos recriam manifestações simbólicas do grupo social

O PROJETO

Mulheres da cana: memórias – nº 1996/12858-2 (1997-1999)

MODALIDADE
Auxílio a projetos de pesquisa

COORDENADORA
Maria Aparecida de Moraes Silva

INVESTIMENTO
R\$ 16.608,13

ARTIGO CIENTÍFICO

SILVA, M. A. M. A memória na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. v. 15, n. 3, p. 102-12, 2001.

DE NOSSO ARQUIVO

Casa-Grande e Senzala dos Matarazzo na Califórnia Paulista Edição nº 61 – janeiro e fevereiro de 2001